

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2019-04-01

Deposited version:

Post-print

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Almeida, M. A. P. de (2014). A memória oral na construção de imagens da revolução no Alentejo. In Rita Luís, Carla Luciana Silva, Luciana Soutelo (Ed.), *A revolução de 1974-75: repercussão na imprensa internacional e memória(s)*. (pp. 128-142). Lisboa: Grupo de estudos do Trabalho e dos Conflitos Sociais do IHC, FCSH, UNL.

Further information on publisher's website:

--

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Almeida, M. A. P. de (2014). A memória oral na construção de imagens da revolução no Alentejo. In Rita Luís, Carla Luciana Silva, Luciana Soutelo (Ed.), *A revolução de 1974-75: repercussão na imprensa internacional e memória(s)*. (pp. 128-142). Lisboa: Grupo de estudos do Trabalho e dos Conflitos Sociais do IHC, FCSH, UNL.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

«A memória oral na construção de imagens da revolução no Alentejo», Rita Luís, Luciana Soutelo, Carla Luciana Silva (coords.), *A revolução de 1974-75: repercussão na imprensa internacional e memória(s)*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea, FCSH, 2014, pp. 128-142. ISBN: 978-989-98998-0-3. <http://hdl.handle.net/10362/14447>.

Autora: Maria Antónia Pires de Almeida, PhD, Investigadora do CIES, ISCTE-IUL.

Título: A memória oral na construção de imagens da revolução no Alentejo.

Nota biográfica:

Investigadora científica, doutorada em História Moderna e Contemporânea pelo ISCTE-IUL, com Pós-Doutoramento em Ciência Política no CIES, IUL. Foi Investigadora Auxiliar da FCT, UNL, onde dirigiu o projeto “A Popularização da Ciência e da Técnica em Portugal (sécs. XIX-XX)”. É autora de sete livros e de vários capítulos de livros e artigos publicados em revistas internacionais. Especializada nos temas das elites locais, transição política, memórias e biografias, história social e política, história da ciência, da medicina e da saúde pública.

(<http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=1754071740115560>).

Contato: mafpa@iscte.pt.

Artigo:

O registo das memórias orais é importante para transmitir imagens dos acontecimentos passados, muitas vezes diferentes das que foram registadas por jornalistas, investigadores e autores das mais variadas áreas. As “Visões da Revolução” no Alentejo estão obrigatoriamente associadas ao movimento da Reforma Agrária que dominou a vida política, económica e social da região durante um longo período após o 25 de abril de 1974. Com o objetivo de recolher, analisar e sintetizar essas imagens, realizei uma série de entrevistas aos intervenientes no movimento num concelho do distrito de Portalegre que assumiu um papel de liderança em todo o processo. Vários autores têm usado a memória oral, a etnobiografia e as histórias de vidas cruzadas como fonte para trabalhos de investigação científica. Praticamente todos os que escreveram sobre Reforma Agrária realizaram um importante trabalho de campo, utilizando o

privilégio de contactar diretamente com os atores da história que tinham acabado de presenciar. Como diz António Barreto, a recolha da memória oral tem a vantagem de permitir o contacto direto com as testemunhas dos acontecimentos, o que tem um valor inestimável (Barreto, 1986: 13). Neste trabalho apresento uma síntese das histórias de vida de uma geração em vias de desaparecimento, ou em grande parte já desaparecida, que viveu o regime do Estado Novo em meio rural e participou ativamente na transição para a democracia. As entrevistas foram realizadas a membros das várias classes sociais intervenientes no processo da Reforma Agrária e produziram uma variedade de histórias de vida que não deveria perder-se com o falecimento dos protagonistas. O critério de seleção obedeceu a uma tentativa de amostragem do ecletismo da população local. Saliento que quase todos tinham mais de 60 anos à data da entrevista. Alguns estavam na casa dos 30 no período das ocupações, incluindo os líderes locais do processo. Considerando que a maioria da população portuguesa atual é urbana e toma o regime democrático como algo adquirido e incontestável, talvez a leitura de vivências rurais dos anos 40 e 50, e do período revolucionário português da segunda metade dos anos 70 do século passado, permita a tomada de consciência de uma série de fatores formadores do regime em que vivemos e de alguns dos problemas que afetam a sociedade portuguesa contemporânea.

Em resumo, tentei responder às seguintes questões: Quem eram os habitantes do meio rural dos meados do século XX? Como viviam, como se comportavam? Quais as suas aspirações e qual o papel da agricultura nas suas vidas? Como eram essas pessoas, o que as motivava? E depois, qual o impacto da reforma agrária nestes grupos, tanto no dos ocupados como no dos ocupantes?

1. Metodologia

A recolha da memória oral foi realizada com o recurso a entrevistas não dirigidas, fundamentadas teoricamente no clássico Paul Thompson (1978), e mais parecidas com uma conversa informal do que com um inquérito. Foi seguida a técnica do apuramento de Histórias de Vida, cada vez mais usadas na Antropologia e na Sociologia em consequência da crescente importância atribuída à utilidade da memória oral e dos documentos pessoais na investigação em Ciências Sociais. Este tipo de recolha inspirou-se no trabalho pioneiro de Hamilton Holt, o editor do jornal *Independent*, que em 1906 reuniu num livro os relatos que a sua equipa de jornalistas

recolheu por todos os Estados Unidos da América. O seu objetivo era deixar os homens comuns falarem, o que resultou num livro de grande interesse humano e com uma enorme importância histórica e sociológica. Naturalmente, surgiu a tentação de copiar o estilo, expondo as *life stories* dos meus *undistinguished alentejanos as told by themselves* de forma integral e exaustiva, não esquecendo nunca de “deixar falar” os meus entrevistados.

Segundo Jean Poirier et al. (1983), o interesse nesta recolha reside no facto de os sujeitos entrevistados serem os depositários de valores históricos de uma cultura que se pode chamar “tradicional”, muito diferente da cultura “racional” que lhe sucedeu. Franco Ferraroti destaca como uma das características essenciais da História Oral o facto de constituir precisamente a ponte de intersecção ou a consciente mediatização entre a História histórica e a vivência do quotidiano (Ferraroti, 1991).

Especificamente sobre o tema da Reforma Agrária, também Afonso de Barros fez um levantamento de relatos de vida na sua tese sobre Albernoa, localidade onde realizou entrevistas que focaram principalmente a história pessoal, a situação anterior às ocupações, as ocupações de terras, organização e funcionamento das cooperativas; posição face aos pequenos agricultores... (Barros, 1986). Como levantamento das características de um grupo, este trabalho é valioso. Peca, no entanto, pela exclusividade que concedeu aos trabalhadores rurais, como se estes tivessem sido os únicos intervenientes do processo. A sua escolha determina um posicionamento ideológico e foi politicamente orientada. Já António Barreto não esqueceu os proprietários expropriados, os pequenos proprietários não ocupados, os seareiros e outros agricultores envolvidos (Barreto, 1986).

Apesar da Reforma Agrária, da substituição das elites, da democratização institucional e política, a clivagem social está ainda muito presente na mentalidade local. As barreiras entre os grupos ainda estão presentes de forma visível, os ricos continuam a ser os ricos, os pobres continuam a considerar-se pobres. Mesmo que estas designações já não tenham nem remotamente o significado que tinham há 30 anos atrás, quando Cutileiro as usou (Cutileiro, 1977).

Entre os trabalhadores, quase todos tinham um pai ou avô moiral (maioral de gado, tanto de pastorícia, como do trabalho da preparação das terra e das colheitas com carros puxados a parselhas), que recebia comédias (ou comedorias, parte do salário em géneros). Muitos dos entrevistados revelaram-se grandes contadores de histórias,

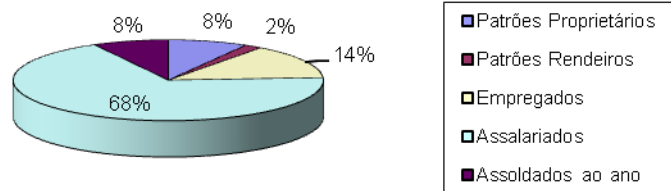
entusiasmados por terem uma audiência e capazes de falar abertamente sobre emoções e sentimentos. Houve também situações de angústia e constrangimento ao entrar em contacto com as descrições da miséria e do isolamento do mundo exterior que se sentiam numa comunidade rural. Alguns entrevistados derramaram lágrimas ao descreverem as dificuldades por que passaram, tanto na infância, como na vida adulta, principalmente por problemas de saúde e de pobreza, e pelo sofrimento das suas mulheres e filhos. Um alugador de máquinas emocionou-se ao descrever o homem que o ajudou a comprar os primeiros tratores, a quem ele chama um segundo pai. Estas descrições eram apresentadas com orgulho e dignidade, quase como num ritual catártico, durante o qual o sofrimento era apresentado como uma forma de valorização pessoal.

Analisando as entrevistas, revela-se que cada membro de um grupo lembra o que para esse grupo é significativo e que compõe a representação pública do passado desse mesmo grupo (Tonkin, 1995). Para uma leitura mais completa das mesmas entrevistas, ver Almeida, 2010.

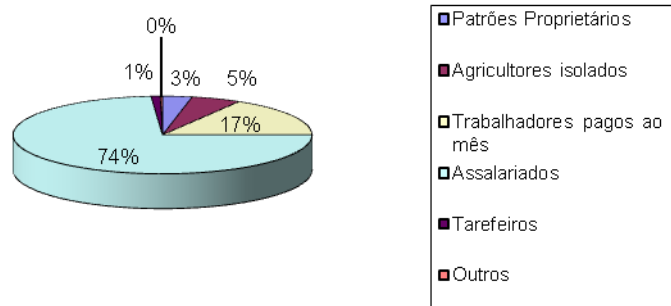
2. Antes da Revolução

Os habitantes do meio rural alentejano dos meados do século XX constituíam uma sociedade bastante polarizada (Cutileiro, 1977). Como exemplo temos as estatísticas demográficas do concelho alentejano onde a recolha das memórias orais foi realizada (quadros I e II), a partir das quais podemos concluir que em 1940 90% da população deste concelho trabalhava por conta de outrem, sem terra própria, enquanto 8% dos patrões eram proprietários e 2% eram rendeiros. Em 1970 o panorama não tinha sido muito alterado: 92% da população era constituída por trabalhadores rurais sem terra e 8% por agricultores com terra, quer em propriedade quer em arrendamento (Almeida, 2004: 109).

Quadro I: Distribuição da população de Avis em 1940 (dados INE)



Quadro II: Distribuição da população de Avis em 1970 (Estatísticas Agrícolas)



A vida destas populações era dominada pela agricultura e pela estrutura da propriedade, a qual se mantém até aos nossos dias por motivos relacionados com o solo e o clima: predomina a grande propriedade, na qual se desenvolve a agricultura e a pecuária em regime de sequeiro e de forma extensiva. As profissões que mais se destacavam estavam naturalmente ligadas à agricultura e podiam inserir-se numa pirâmide hierárquica com as seguintes categorias: grandes proprietários; pequenos proprietários, agricultores ou criadores de gado, que trabalhavam as suas terras, geralmente pequenas courelas, hortas ou ferragiais; rendeiros de grandes proprietários. Num plano intermédio entre os detentores da terra e os trabalhadores rurais encontravam-se os seareiros (Martins, Monteiro, 2002). Os trabalhadores sem terra abrangiam uma vasta gama de profissões com uma hierarquia forte, entre os quais se distinguiram os empregados fixos das lavouras (feitores, abegões, guardas rurais, hortelãos, carreiros, ganadeiros, pastores, vaqueiros, boieiros, cabreiros, etc.) que

recebiam parte do salário em gêneros. Residiam habitualmente nos montes e celebravam contratos ao ano. Na base da pirâmide e sem qualquer vínculo encontravam-se os jornaleiros, ou trabalhadores à jorna, contratados geralmente para trabalhos diários ou sazonais.

Em paralelo a estas categorias profissionais e ocupando uma percentagem baixa da população encontravam-se as profissões ligadas aos sectores secundário e terciário, entre as quais se destacam os artistas, denominação dada a todo o artesão ou mestre de um ofício, na maioria dos casos trabalhando por conta própria; os comerciantes; e os profissionais liberais e funcionários, como os padres, os professores e os médicos, advogados e farmacêuticos (Almeida, 1997).

As entrevistas revelam-nos precisamente as grandes diferenças nas vidas dos membros de cada uma destas categorias. Sobretudo no que diz respeito aos trabalhadores rurais, as descrições da infância e da vida de trabalho permitem-nos tomar consciência de alguns fatores que deram origem ao descontentamento e à revolta que foram despoletados no período da Reforma Agrária, motivando todo um grupo para a ação muito concreta da ocupação das terras. Não obstante as más condições descritas, somos também confrontados com o gosto pela narrativa oral entre esta população, o prazer em “contar histórias” e, sobretudo entre os homens, a eloquência e a ironia do discurso e até mesmo o humor na descrição de algumas adversidades.

No que diz respeito às vivências femininas, observamos experiências de adolescências animadas pelos trabalhos rurais e pelo convívio que estes proporcionavam, seguidas invariavelmente pelo sofrimento, sobretudo após o casamento e a chegada dos filhos. E ainda a subtileza do discurso sobre o aborto e a contraceção, tema importante nesta região do país, onde o número de filhos foi mais reduzido do que no Norte ao longo do século XX (Almeida, 2008, Nazareth, 1977, Freire e Lousada, 1982).

Por exemplo: “Eu vivia muito mal foi quando casei, porque eu na altura que era solteira, a minha mãe era cozinheira, o meu pai era pastor, nunca tivemos necessidades. Tinha sapatinhos, tinha roupas, tinha tudo, graças a Deus. Comia bem, matava um porquito, tínhamos hortas, tínhamos essas coisas, nunca tive necessidade. Agora, quando casei, passei muito! Tinha 19 anos, aos 20 anos tive a primeira filha. Aos 21 tive um menino que nasceu morto. Partos terríveis (...) e o mê pai é que tinha de ir pedir fiado ao farmacêutico para levantar os remédios. Eu sofri mais foi em casada. Em

solteira nunca tive dificuldades. Trabalhava no campo. Depois não tive mais filhos, não, já viu, se fosse assim, daqui a nada estávamos desgraçados. Evitava, pois. Sempre cheia de medo e ai! Nessa altura estava muito fraquinha e quanto mais fraquinha estava mais depressa engravidava. Havia muitas que faziam abortos. Mas a gente tinha medo. Faziam, faziam abortos, mas também era dinheiro e eu também não tinha. Tinham de ir para fora”.

Assistimos também à infância dos rapazes no campo desde muito cedo a trabalhar, privados da escola pelas distâncias e pela necessidade de auxiliar a família; ao carinho nas referências aos cônjuges, e a admiração pelos sacrifícios e qualidades de trabalho. E tomamos consciência da importância dos comerciantes locais e do comércio a fiado e da diferença social dos trabalhadores rurais em relação aos grupos com um ofício, cujos filhos podiam frequentar a escola por residirem nas vilas e aldeias, e não em espaços rurais, afastados e sem acessos.

Ficamos também a saber que entre as elites económicas o sexo feminino era discriminado em relação aos estudos, o que criou situações de grande injustiça sentida pelas próprias. E que entre os mais privilegiados havia consciência das diferenças, mesmo na infância: “Eu era um dos 10% dos rapazes da vila que andavam calçados. Os outros andavam descalços. Alguns deles só se calçavam a primeira vez para ir para a tropa. E os rapazes que iam trabalhar para o campo – e muitos deles não fizeram a instrução primária, embora fosse obrigatória já – muitos deles foram trabalhar para o campo aos seis anos. Geralmente começaram a guardar porcos”.

De facto, todos os testemunhos dos trabalhadores rurais confirmam esta afirmação: “Nunca fui à escola. E então fui para ajuda de um homem para guardar porcos”. “Toda a vida trabalhámos muito tempo, o tempo que a gente éramos gaiatos, no lugar que havíamos de ir para a escola, íamos guardar gado”. “Não fui à escola. Era muito longe. Não aprendi a ler. O meu irmão sabe, mas aprendeu depois de grande”. “Tive os meus primeiros sapatos a sério foi quando fui fazer exame, tinha nove anos”.

A questão da alimentação era grave e deixou marcas: “Era raro comer carne de porco. Nesse tempo, quando éramos pequeninos, vá lá que a gente comprasse às quartas. Uma quarta era 150g. Comprava-se um bocadinho de toucinho para se comer ao domingo, só a gente sabe. Durante a semana comíamos couves, feijão, grão. Aquilo que a gente podia apanhar. E pão, e batatas. Que as batatas semeávamos a gente. Tínhamos uma horta lá onde o meu pai andava a trabalhar”. “Quando era no inverno,

muitas das vezes agarrava num saquinho e ia à *buleta* para assar e para cozer numa panela. Muitas das vezes era a nossa ceia”. “Era uma sardinha dividida por três, era um rabo de bacalhau dividido por quatro ou cinco. Fruta não se usava, naquela altura. Não havia fruta, não havia nada, porque a vida era muito miserável. Queijo, pouco. Era pão, pão com pão, quando se apanhava”. “Passei algumas dificuldades. Íamos à mercearia até que o merceiro se fiasse na gente. E depois quando calhássemos a ir trabalhar, pagávamos”.

Assim como os períodos de desemprego, devido à sazonalidade dos trabalhos rurais: “Ganhávamos pouco, mas tínhamos sempre trabalho. Havia alguns que não tinham trabalho”. “Houve períodos de desemprego, às vezes seis meses e mais. Havia a azeitona no inverno. Mas aquilo era um X ao litro, era de empreitada, olhe, o que se apanhava era o que se ganhava”. “Havia muita gente a pedir! A pedirem um bocadinho de pão aqui e além”.

Mas as alegrias do trabalho do rural também foram salientadas: “Naquela altura não havia as facilidades que há agora. Havia muita gente com dificuldades. Mas era tudo muito alegre, os ranchos cantavam a caminho do trabalho e as pessoas conviviam mais. Ganhava-se pouco. Depois, quando havia aquelas crises de trabalho, tínhamos dificuldades”. “E então eu, quando entrei para ganhão disse: ‘Vou todos os dias à vila!’ Vinha a pé, para ter convívio, por causa das raparigas. Andava pelas ruas, mais a rapaziada da minha idade... Havia uns rapazes que tocavam concertina. Quando era pelo Carnaval, chegou aqui na vila a haver quatro e cinco bailes por Carnaval. Sábado Gordo, Domingo Gordo, e eram sempre bailes de dia e de noite, sempre. Naquele tempo, agora já não há nada”. “Namorávamos durante o trabalho, falávamos no caminho, era hora e meia a bater o pé, pois, não havia transportes como há agora. Aquilo dava para namorar, no fundo aquilo tudo, virmos do trabalho, era uma paródia, ainda se cantava... Era uma festa, porque a gente era a mocidade. Era cantar e bailar naqueles caminhos. Era o nosso divertimento. Não havia uma telefonia, não havia uma televisão. Vínhamos cansados, mas então, a gente éramos novos. Nada custava. Éramos mais amigos. Apesar das dificuldades, tive uma juventude boa”.

A prisão foi uma realidade para alguns, devido ao envolvimento com as atividades do Partido Comunista: “E eu depois fui preso. Filiei-me ao Partido Comunista em 1950. Era às escondidas, tudo, mas havia pessoas já filiadas. Depois descobriram-me. Eu espalhava papéis. Não sabia ler, mas espalhava. Eu só aprendi a ler

alguma coisa dentro da prisão. Não matei, não roubei, estive lá cinco anos, cinco meses e 25 dias”. “Nessa altura já havia reuniões de trabalhadores, de noite. Eles abriam os olhos à gente, vinham dar instruções à gente. Eram do partido. Do Partido Comunista”. “Nesse tempo já havia comunistas. E esses defendiam-se uns aos outros, na clandestinidade. Eu entrei para o Partido Comunista tinha 17 anos. Eu cá tive ligação sempre, e fiz muito trabalho para o partido. Por exemplo, eu tinha de ir, várias vezes, espalhar panfletos”. “Depois quando as pessoas eram presas faziam-se bailes, arranjavam-se verbas de solidariedade, dava-se à senhora... As pessoas tinham consciência disso. E as pessoas eram amigas, e ajudavam”.

Mas era um envolvimento exclusivamente masculino: “Nessa altura já se falava muito no Partido Comunista. Mas só me filiei no PCP depois do 25 de abril. Nessa altura já havia aí reuniões nos cabeços, mas as mulheres não iam para lá, só iam os homens. Eu não sei o que se passava na clandestinidade. Os homens iam e não queriam lá as mulheres”.

Também o serviço militar obrigatório no período da Guerra Colonial foi decisivo para toda uma geração: “A ida à África era uma interrupção na vida dos jovens, e alguns ficaram marcados, fora aqueles que perderam a vida. E penso que isso terá contribuído para que alguns jovens tomassem consciência...”

3. Revolução e Reforma Agrária

As memórias da Reforma Agrária dividem-se entre o apoio dos que nela participaram, ocupando terras e pertencendo às Unidades Coletivas de Produção, e o repúdio total dos que foram ocupados. No meio encontram-se os pequenos proprietários e rendeiros, cujas terras não foram ocupadas, e os alugadores de máquinas (Almeida, Martins, 2002), obrigados a participar em todo o processo, por necessidade de trabalho e utilização dos seus tratores e máquinas agrícolas, e que foram os primeiros a sair e a arrendar as terras ao abrigo das chamadas Leis de Sá Carneiro (Portaria nº 246/79, 29-05-1979) que iniciaram o desmembramento das Unidades Coletivas de Produção.

No final todos se sentiram defraudados, roubados, espoliados. Os primeiros porque as promessas que lhes foram feitas não foram cumpridas e o trabalho desses anos não teve continuidade; os ocupados porque se viram privados do seu património e do seu trabalho e rendimentos durante os anos das ocupações; e os grupos intermédios porque a sua atividade nunca mais voltou a ser viável, numa agricultura integrada na

União Europeia e na Política Agrícola Comum, que tornou a vida dos pequenos produtores muito mais difícil perante as novas realidades de concorrência, burocracia, subsídios para cessação da atividade e *set-aside*...

Seguem-se alguns exemplos da euforia inicial dos apoiantes da Reforma Agrária, logo seguida da desilusão total com o processo: “As pessoas estavam todas satisfeitas, e trabalhavam, ganhavam mais, andava tudo contente... Nunca mais aquela herdade deu tanto azeitona como quando a gente lá esteve”.

Grupos sócio profissionais que nunca tinham tido acesso ao poder político local mobilizaram-se para tomar conta da câmara municipal e das instituições económicas, incluindo mulheres, uma inovação total.

“Com o 25 de abril houve um período bom, a gente teve uma fase boa. Eu fiz parte de tudo. Eu fui espontaneamente, mas foi o partido que teve a ideia, não tenhamos dúvidas. Depois formámos a mesa da comissão concelhia e começámos a andar para a frente. Depois houve as ocupações. Eu nesse bolo não entrei. Eu entrei só no plano da creche. E também andei nas campanhas eleitorais. Papéis, o partido a falar. Falei nas manifestações. Era sempre, quando era preciso. Para mim o melhor que me podia ter aparecido foi o 25 de abril. A minha vida melhorou. A creche pertencia à cooperativa e eu participei. Nas cooperativa passaram a ganhar todos o mesmo. Trabalho igual, salário igual. Muitos arranjaram as suas casinhas depois do 25 de abril, que não as tinham. Eu nunca tive possibilidades para isso. O partido foi a melhor coisa que apareceu na minha vida. Tenho as minhas cotazinhas até ao fim do ano pagas”.

“Eu já há muito tempo que ouvia falar na Reforma Agrária. Mas quando comecei a ouvir falar foi mais em 74. Era a divisão das terras, e tal. Quando as terras foram ocupadas, a ideia que havia era – pelo menos daquilo que eu ouvi – era das terras serem para as pessoas trabalharem. As terras estavam pouco exploradas. Deviam ser distribuídas pelas pessoas. Penso que não havia de haver direito de uma pessoa fazer ali 40 ou 50, ou 60.000 contos de cortiça e gastá-lo ele sozinho, enquanto os outros andam cheios de fome”.

“A malta que avançava era malta que também tinha uma certa estratégia da própria guerra. Isto houve aí alturas de campanha, que foi uma completa batalha campal: era a guarda por um lado, só que uns tinham armas, outros não tinham nada, não é?”

“Os trabalhadores organizaram-se. Com a ajuda do sindicato, também. Os trabalhadores ficaram todos satisfeitos... Todos se entenderam bem. Quase todas as duas semanas as pessoas faziam plenários. As decisões eram tomadas por maioria. Todas as cooperativas se davam bem umas com as outras. Fomos a muitas manifestações, de camioneta e também de tratores. Nesses dias a cooperativa pagava o dia de trabalho. Mas também trabalhavam mais nos outros dias. Faziam campanhas de horas a mais a apanhar grão, a apanhar tomate. Vinha muita gente. Chegaram a estar aqui holandeses a trabalhar. Não ganhávamos mais, mas era melhor porque se ganhava sempre. Nunca houve distribuição de lucros, porque foram sempre acumulados. Fizeram barracões para o gado, fizeram duas barragens, desbravaram os campos, havia herdades que estavam quase todas mato. Então o dinheiro tinha de ser assim investido. Eles diziam que isto tinha mesmo de ser, era para ter o seu posto de trabalho garantido. Essas barragens que fizeram aí, foi dinheiro que lá ficou enterrado”.

“Eu participei nas ocupações. Estive numa herdade quase quatro anos e fiquei lá a mandar e a organizar o trabalho. Cada herdade tinha uma comissão. E a certa altura começou a haver problemas de falta de dinheiro por alguns andarem a embolsar dinheiro. E depois a coisa não correu bem. Esses não eram comunistas a sério, eram os fingidos. Muitos arranjaram casinhas para morar. E eu, que andei em tudo, não tenho uma casinha para morar”.

“Eu estava lá na ocupação e fiquei. Nesse dia parámos. Depois continuámos todos a trabalhar, com vontade, e pronto. Foram lá uns do Centro da Reforma Agrária, fazer a escrita, as coisas. A tropa também lá foi. Nessa época eu fui votar, fazíamos parte dos comícios, essas coisas. A gente ia a todo o lado. Eu fiquei pastor à mesma. Formou-se uma comissão de quatro ou cinco. Esses é que mandavam. Eu pertenci à comissão, mas foi pouco tempo. Havia umas reuniões, aquilo correu bem, até um certo ponto. Eu falava um bocadinho, mais ou menos. Depois quando começámos a ser menos, eles deixaram de pagar à gente. Começaram a metê-lo ao bolso. Eles começaram a dar cabo de tudo”.

“O meu marido era mecânico. Ele tinha feito a tropa, foi ao Ultramar, depois quando regressou casámos. Depois de cá chegar pôs-se assim um bocado revolucionário. Tinham um ódio muito especial era aos ricos: eram os latifundiários e eram os reacionários. E eram os fascistas. Eram as palavras que a gente começou a ouvir. Para mim eram palavras novas, porque eu nunca tinha ouvido falar. Andava tudo

doido. E começaram a ouvir-se aquelas palavras de ordem: ‘Abaixo a reação’, depois passava-se ao ‘mata-se’ e ‘esfola-se’. As pessoas juntavam-se às portas e gritavam. Chegou a haver violência: quando veio cá o Dr. Mário Soares houve violência. Era uma altura que eu até tinha medo de sair à rua. Tinha medo, porque as pessoas provocavam, mandavam bocas. E o Mário Soares estava no largo do café a discursar e houve um grupo de comunistas que começou a organizar-se e começou a haver pedras no ar e ele ainda levou uma pedra na cabeça. Ele fugiu, levaram-no, ainda entrou ali em casa de uma pessoa ali perto. E deram-lhe um capote. Aqui era mais o medo. Por exemplo, eles apresentavam-se com espingardas às costas, mas nunca apontaram espingardas a ninguém. Mas impunham respeito. Eu tinha 20 e poucos anos e tremia sempre!”

Sem dúvida que as precárias condições culturais dos trabalhadores rurais foram aproveitadas por uma elite devidamente doutrinada para o efeito pelo Partido Comunista Português, por via dos seus dirigentes sindicais na região. Foram feitas promessas que não tinham qualquer viabilidade de serem cumpridas, o que contribuiu para a criação de uma ilusão de poder que convenceu uma população inteira da validade de uma atuação absolutamente inédita, mas certamente atraente. E perante a promessa de bens materiais, houve grandes desilusões:

“Eu só me filiei no PCP já dentro do 25 de abril. Depois houve aquela coisa de ilusionismo... Pois, hipnotizaram as pessoas, esses que queriam ser mais espertos! Os que queriam ser mais espertos enganaram sempre os mais parvos. E eu, como me tinha por mais parvo naquela altura, deixei-me ir na cantiga! Mas também foi pouco tempo. Aquilo foi comícios, foi manifestações, ‘isto é tudo nosso!’; e ‘venham para cá’, e ‘a gente paga-lhes isto’... E a gente íamos, então, a gente julgava que era verdade. Ocupei, sim senhora. São as tais coisas que os portugueses fazem muito fácil. Eu andava lá a trabalhar, estava lá no trabalho do campo, a fazer o que calhava. E eles disseram que aquilo que era nosso, e o que se lá criava e o que se colhia que era dividido pelos trabalhadores, e a terra era de quem a trabalhava, e o dinheiro era de quem o embolsava, e assim é que foi a ocupação! Veio aí um fadista... Esses é que sabem tudo, não sou eu. Esses é que sabem o que fizeram ao dinheiro. E eu fiquei na miséria como eu estava anteriormente. Eles ficarem bem amanhados. Então as pessoas naquela altura não tinham força nenhuma, os comunistas é que eram donos do país. E pronto, e foi assim a vida, a minha Reforma Agrária. Também íamos às manifestações, eram nos dias de trabalho. Só ganhavam os dias os que iam; os que não iam não ganhavam nada. Os

chefes da cooperativa é que nos mandavam ir. Depois lá iam os gafanhotos todos atrás, pareciam uma rebanhada de pintos atrás das galinhas. Mulheres e homens e tudo. Aquilo tudo queria ser rico! Eles diziam que aquilo que era tudo nosso! Ao fim de um certo tempo, quando comecei a ver o engano, também deixei de ir, já sabia que aquilo que era só pantominas”.

“Agora as pessoas podem falar o que querem... Foi uma das coisas boas que o 25 de abril trouxe. Há coisas ruins, há coisas que já abusam, mas dentro da ordem... Olhe, acabar com a guerra no Ultramar. O meu filho estava quase a ir. Eu já andava a não dormir. Portanto, essa foi a principal. E depois por aí adiante, as pessoas poderem dizer o que sentem. O que trouxe de mau foi essas coisas de faltarem ao respeito às pessoas, sem mais nem mais. Mas são as pessoas que abusam, não foi o 25 de abril que teve a culpa. Quem teve a culpa são as pessoas que se aproveitam da liberdade que tiveram”.

E os testemunhos dos proprietários ocupados:

“O Verão Quente de 75: isso foi uma grande farsa, uma grande aldrabice, uma grande roubalheira. O representante local do Partido Comunista conseguiu arregimentar todos os tratoristas, todos os indivíduos que tinham tratores de aluguer, embora trabalhassem particularmente, passaram a trabalhar para o Partido Comunista. Era o partido que lhes estava a dar ordens por trás. Agora que as propriedades estavam mal exploradas, isso é pura mentira. Quando ocupavam uma propriedade, uma das primeiras coisas que faziam era saquear o monte. No dia 1º de maio faziam festas, todos os anos matavam um porco ou dois, o que fosse necessário. E bico livre para toda a gente, desde que fosse do partido. As cooperativas caíram sobretudo por má gestão. Primeiro que tudo: não havia patrões, não havia manageiros, cada um trabalhava segundo a sua consciência. E a consciência das pessoas não era nenhuma”.

“Eles foram buscar os indivíduos mais atrevidos, aqueles fulanos que tinham pouco a perder. A maior parte desses indivíduos tem hoje um sentimento de frustração. Eles aderiram facilmente porque convenceram-nos que os que estavam mal iam ficar bem e os que estavam bem iam ficar mal. Isto é tão linear quanto isto. Não há dúvida que houve quase uma pilhagem. Com a Guerra do Ultramar também ficaram mais politizados. Com as cooperativas tentou-se uma coisa absolutamente utópica, mesmo na década de 70, que era manter uma população ativa de 30% no sector agrícola. O que era uma coisa completamente ultrapassada. Na Europa já nem se pensava nos 10% nessa

altura. Isto estava nos livros dos soviets, nos kolkhozes. O problema é que aquilo não tinha gestão, não era gerido como uma empresa, nem como coisa nenhuma. Aquilo era a balbúrdia. Muitos deles foram para as cooperativas porque foram mesmo obrigados. O que é interessante é que na primeira oportunidade essas pessoas foram os primeiros a sair”.

“Eles quiseram semear de trigo todos os sobreirais. A ignorância é que fez a Reforma Agrária. Julgavam que iam tirar dinheiro a todo o lado”.

“Quando recebi as terras a parte agrícola estava bastante degradada. Eles exploraram mais intensamente do que deviam. Com a exploração intensiva deram cabo de tudo. Não sabiam nada de gestão técnica. O gado foi maltratado”.

“Houve má gestão. Mas acima de tudo era que ninguém trabalhava, e ninguém tinha força para mandar o outro trabalhar”.

“Notou-se que alguns ficaram sem vida. As pessoas deixaram de conviver. Foi uma desgraça para toda a gente. Deixou de haver associativismo, os clubes fecharam todos, deixou de haver Sociedade Artística e os outros. Fechou isso tudo. Os cafés, as pessoas não iam ao café com medo de encontrar outras. Houve pessoas que deixaram de sair de casa. Houve pessoas que abandonaram a vila. O ódio entre os comunistas e os não comunistas foi tão evidente que ainda hoje há um resto. Quanto aos montes, tive conhecimento da destruição que houve nalguns montes, principalmente de viaturas de tração animal antigas. Havia trens e outras viaturas muito bem conservadas, muito bem tratadas e que foram pura e simplesmente queimadas. Como sei de alguns animais machos de raça apurada, que estavam para procriação, que foram abatidos porque eram fascistas também”.

“A cooperativa nunca funcionou bem. Por isso deu naquilo que deu. Teve sempre uma má administração. O chefe até percebia de lavoura, o que é era uma pessoa que nunca teve uma linha concreta de orientação. Não podia ter dinheiro, porque se tivesse dinheiro ele tinha de o gastar. Apareciam aí uns engenheiros, mas era só para levarem carne e azeite. E as festas... Tanta vez. Quando era o fim de semana era às dezenas de camionetas carregadas, e matavam-se porcos e borregos...”

“Eles diziam que davam emprego a toda a gente, depois já não tinham dinheiro para lhes pagar. Fizeram crédito atrás de crédito, tinham dívidas brutais aos bancos. Falharam como falharam nos outros sítios. Isto foi uma revolução comunista. Eles

quiseram implantar o comunismo através do Alentejo. Era a partir daqui para o resto do país. Só que chegaram ali a Rio Maior e não conseguiram avançar para o Norte”.

“Eu até acho que esses tipos não são comunistas, são uns invejosos. Eles pensavam que iam ficar ricos. Os feitores apoiaram os patrões. Os mendigos, os malandros, os bêbedos, esses é que ocuparam. Nas cooperativas não faziam nenhum. Faziam grandes almoços, grandes banquetes, ao princípio, depois já nem tinham dinheiro para isso. Enquanto delapidaram todo o património existente a coisa correu. Quando acabou o património, acabou. Foi uma delapidação de todo o património fundiário. Houve muito má gestão. Porque quem ocupou foram os malandros, os bandidos, eles foram pró petisco, pensaram que era uma festa”.

Algumas trabalhadoras rurais não quiseram participar nas ocupações de terras e sofreram represálias com isso: “Nas ocupações aquilo era às carradas. Eram tanto os homens e as mulheres. Elas também iam, elas ainda eram piores! Gritavam que aquilo era delas! Eu nunca fui a lado nenhum. Nem eu, nem o meu marido fomos a lado nenhum. Então aquilo não era meu! Porque é que eu havia de ir buscar uma coisa que não era minha? Eu nunca andei metida nisso. Com o 25 de abril eu fiquei na mesma, não fiquei melhor nem fiquei pior. Eu já tinha a minha casinha!”

4. O final da Reforma Agrária e a tristeza atual

“Depois aquilo correu mal porque o governo esfacelou e foi tudo ao ar. A culpa foi do governo, ah, pois foi. Foi do Partido Socialista. Quando foram as desocupações tivemos que resistir, mas não conseguimos”.

“Porque se as cooperativas se tivessem mantido... Mas tivemos uma CEE com exigências! E que não permite a produção que se pretende, as cooperativas também não tinham hipótese de funcionar. O problema que acabou com isto foi a questão política. O responsável por esta situação toda foi na altura em que era o Mário Soares e o Partido Socialista que esteve no governo. Esse homem é que começou a ofensiva contra a Reforma Agrária. Depois do 25 de abril, as primeiras investidas policiais das forças militarizadas foram mandadas pelo governo do PS. E depois os governos de direita deram sequência a isso”.

“Foi muito trabalho durante 16 anos, que as pessoas sacrificaram-se muito, trabalharam muito. Até aos 12, 13 anos de existência aquilo funcionou bem e as pessoas sentiam-se todas felizes. Nunca houve tanto espetáculo. Todos os anos fazíamos contas

no final, apresentávamos as contas, cada um tinha a sua missão a cumprir. As pessoas viviam felizes. E trabalhavam, só aqui chegaram a trabalhar 320 pessoas! Mais o agregado familiar, isto ocupava aqui 600 ou 700 pessoas. A gente distribuía todos os meses, a esta gente aqui, 7 ou 8.000 contos. Todos os meses. Tínhamos dois contabilistas a fazer a contabilidade, o escritório funcionava, aquilo era tudo por sectores. As pessoas, cada um para levantar qualquer coisa tinha de ter um documento devidamente assinado. Temos relatórios. Temos vários técnicos e veterinários que tiraram aqui os estágios. Apresentaram relatórios no final do curso, tivemos aqui várias coisas. Fomos considerados, a nível de empresas, a nível da Europa, em termos de cooperativa, em termos agrícolas a melhor empresa. Dada pelos estrangeiros. Foi pena terem destruído isto. Agora: tinha de haver alterações, não é? Não se podiam manter os mesmos postos de trabalho, porque as coisas também se mecanizaram muito. A cooperativa tinha terras próprias. Só que a malta, todos tínhamos essa opinião: se um dia a cooperativa acabasse, quando acabasse para um, tinha de acabar para todos”.

“As cooperativas não funcionaram, não podiam funcionar. Então como é que podiam funcionar? Todas as pessoas que eles lá tinham metido saíram cá para fora cheios de dinheiro e parte deles estão ai estabelecidos com o dinheiro que eles lá roubaram. Depois aos proprietários entregaram-lhes as coisas já todas estragadas e todas danificadas. O que era bom ficaram-lhes lá com elas. Estragaram tudo. Falta de conhecimento, muita estupidez. Deixaram estragar tudo. Os montes, deixaram cair tudo. Tudo a cair. A ignorância do nosso povo. Agora é que já não ganho nada. Agora perco. As despesas cada vez são mais. Os homens cada vez ganham mais dinheiro. O gasóleo cada vez é mais caro. O trator, quando é preciso arranjá-lo, cada vez custa mais o conserto. E a gente cada vez ganha menos. A agricultura está toda a cair! Os muito grandes estão a cair que não aguentam. Aqui já não se cria nada. Ai do país que não viva com os seus próprios recursos. Devíamos produzir o suficiente para nos mantermos, que era o que fazíamos noutros tempos. Aqui havia trigo que chegava, aqui havia carne que chegava, aqui havia azeite. Chegava para nós e para a gente mandar para eles. Agora são eles que mandam para cá tudo! As pessoas vivem todas melhor. Todas menos a pessoa que é dona do terreno. Os agricultores vivem pior. E depois a dificuldade que a gente tem em ter gente para trabalhar. Estão sempre para ai a anunciar que em Portugal, principalmente no Alentejo, que há falta de trabalho, há desemprego. Tudo mentira! Não há falta de trabalho para ninguém!”

“Isto está tudo perdido no nosso país. Dantes, quem tinha uma herdade de 500 ou 600ha aqui no Alentejo era rico, tinha uma fortuna. Daqui a pouco, uma pessoa que tem uma propriedade com 1000ha que não tenha sobreiros, que não tenha pinheiros, que não tenha eucaliptos, que não tenha água, está condenado à miséria e o melhor que tem a fazer é ir-se já embora. E há a outra questão, que é a falta de mão-de-obra”.

“Os custos sociais dos trabalhadores são um problema nacional que fez com que a mão-de-obra encarecesse e impediu de contratar mais pessoal”.

“Foi-se tudo embora. Os filhos dos agricultores foram estudar e não voltam. São todos licenciados, têm as suas profissões, não podem perder tempo com a agricultura nem com a política local”.

“Quem estava bem continua a estar bem, e quem estava mal continua a estar mal. Os novos têm uma vida melhor, muito melhor, tem sim senhor”.

“A cooperativa tinha muitos encargos. O pessoal era muito. E depois já não tinha rendimento para pagar às pessoas. Porque começaram a tirar os terrenos. O governo nunca apoiou as cooperativas, elas tiveram que se ir abaixo”.

“Com a CEE e a PAC fomos completamente enganados. Deram-nos o tapete, ‘invista’, e depois tiraram-nos o tapete. Os produtos têm um terço do valor que tinham antes do 25 de abril. E com custos maiores. Eu não concebo um país sem agricultura própria. E quem produz somos nós. Eu tenho de estar otimista, isto é a minha vida, eu tenho muito dinheiro enterrado aqui. Tenho de defendê-lo. A agricultura alentejana vai ter que dar a volta. Senão fechamos as portas. A política de adesão à Europa foi um desastre. Foi a destruição da economia de uma região que é o Alentejo”.

“Eu ainda tenho filhos em casa. Eles estudam, mas estão desmotivados. Não há nada para fazer aqui. Por exemplo: há uma escola profissional que os prepara nos cursos que lá dão. Mas depois a saída para emprego? Não há aqui empresas, não há aqui indústrias... Está tudo no desemprego, os que não estão no desemprego trabalham para as câmaras, e na agricultura não querem trabalhar”.

5. Algumas observações finais

A Reforma Agrária teve como suporte legal inicial o Decreto-Lei nº 660/74 que definiu o conceito de “sabotagem económica” e que foi o suficiente para justificar a ocupação de terras consideradas em estado de subaproveitamento. A presença física das forças militares no terreno completou o aparato legitimador de um movimento que

contou com a adesão entusiástica de uma população previamente motivada por décadas de trabalho clandestino do Partido Comunista Português na região e que potenciaram um forte ressentimento geracional. Os trabalhadores rurais responderam de forma eufórica a uma propaganda eficaz e, por vezes, enganadora no que diz respeito aos objetivos e possibilidades concretas de uma Reforma Agrária, apesar de já não se verificarem na altura as motivações aparentes, especialmente o fantasma da fome e do desemprego que tinham sido uma realidade nas décadas de 30 a 50. O papel dos líderes locais afetos ao Partido Comunista Português foi determinante para o processo de atração e mobilização da população que participou ativamente na substituição dos titulares das sedes do poder local, tanto as políticas como as económicas.

A recolha da memória oral permitiu constatar enormes semelhanças nos percursos de vida e antecedentes familiares destas pessoas, mas também grandes diferenças nas respetivas aspirações e atitudes face ao trabalho, à posse da terra, ao salário, às relações com os patrões e seus representantes e à própria permanência no concelho ou à escolha da emigração. Notaram-se também as divergências sobre os objetivos do movimento cooperativista em que se viram integrados sem qualquer suporte teórico inteligível para este grupo e cujos resultados se revelaram, no mínimo, dececionantes. Tal como a sua origem, a Reforma Agrária portuguesa teve um final dirigido politicamente pelos governos, neste caso os de centro-direita interessados na criação das condições mais favoráveis à integração de Portugal na Comunidade Europeia. Para tal foram retiradas às Unidades Coletivas de Produção as condições físicas e económicas que lhes permitiam continuar a laborar como até então. A consequência foi o total fracasso de todo o processo e um sentimento generalizado de frustração para todos os grupos sociais envolvidos. O campo é atualmente encarado pela maior parte da população local e porventura a nível mais geral como um local de lazer onde as atividades agrícolas e pecuárias perderam quase por completo o seu significado.

Bibliografia:

Almeida, Maria Antónia Pires de e Cristina Joanaz de Melo, “As Novas Ruralidades: Do Lavrador ao Empresário Agrícola, Do Espaço Agrário ao Espaço Lazer”, org. Márcia Maria Menendes Motta, *Terras Lusas: A Questão Agrária em Portugal* (Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2007): 105-142.

Almeida, Maria Antónia Pires de, “A Questão Agrária na literatura neorrealista portuguesa”, *Revista Estudos Históricos*, 25 (50) (2012): 389-407.

Almeida, Maria Antónia Pires de, “Elites políticas alentejanas: continuidade e mudança no concelho de Avis nos finais do século XIX e 1ª metade do século XX”, Nuno Gonçalo Monteiro (coord.), *Estudos Autárquicos*, Coimbra: Boletim do Centro de Estudos e Formação Autárquica, Ano IV, nº 6 e 7 (1996): 189-240.

Almeida, Maria Antónia Pires de, “Fontes e metodologia para o estudo das elites locais em Portugal no século XX”, *Análise Social*, vol. XLIII (188) (2008): 627-645.

Almeida, Maria Antónia Pires de, “Landlords, Tenants and Agrarian Reform: Local Elites and Regime Transitions in Avis, Portugal, 1778-2011”, *Rural History*, 24 (2) (2013): 127-142.

Almeida, Maria Antónia Pires de, “Memory and trauma of the Portuguese Agrarian Reform: a case study”, *Portuguese Journal of Social Science*, 6 (2) (2007): 63-76.

Almeida, Maria Antónia Pires de, “O mundo rural e os novos desafios”, Tomaz Dantinho e Orlando Rodrigues (coords.), *Periferias e Espaços Rurais. Comunicações apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais* (Estoril: Príncípa Editora, 2007): 295-317.

Almeida, Maria Antónia Pires de, “Percursos de pobreza em meio rural: as mulheres, a doença e o aborto”, André Freire (org.), *Sociedade Civil, Democracia Participativa e Poder Político. O Caso do Referendo do Aborto, 2007* (Lisboa: Fundação Friedrich Ebert, 2008): 21-39.

Almeida, Maria Antónia Pires de, *A Reforma Agrária em Avis. Elites e mudança num concelho alentejano (1974 – 1977)* (Lisboa: ISCTE-IUL, 2004) <https://repositorio.iscte.pt/handle/10071/541>.

Almeida, Maria Antónia Pires de, *A Revolução no Alentejo. Memória e Trauma da Reforma Agrária em Avis* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006).

Almeida, Maria Antónia Pires de, *Elites Sociais Locais Alentejanas: Continuidade e Mudança. Avis 1886 – 1941* (Lisboa: ISCTE-IUL, 1997) <https://repositorio.iscte.pt/handle/10071/621>.

Almeida, Maria Antónia Pires de, *Família e Poder no Alentejo (Elites de Avis: 1886 – 1941)* (Lisboa: Edições Colibri, 1997).

Almeida, Maria Antónia Pires de, *Memórias Alentejanas do Século XX* (Cascais: Príncípa, 2010).

- Almeida, Maria Antónia Pires de, *O Poder Local do Estado Novo à Democracia: Presidentes de Câmara e Governadores Civis, 1936-2012* (Lisboa, 2013).
- Barreto, António, *L'État et la Société Civile au Portugal. Révolution et réforme agraire en Alentejo, 1974-1976* (Lisboa: Gradiva, 1986).
- Barros, Afonso, *Do Latifundismo à Reforma Agrária: o caso de uma freguesia do Baixo Alentejo* (Lisboa: ISCTE, 1986).
- Cutileiro, José, *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)* (Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1977).
- Ferraroti, Franco, *Histoire et Histoires de Vie. La Méthode Biographique dans les sciences sociales* (Paris: Librairie des Méridiens, 1983).
- Ferraroti, Franco, *La Historia y lo Cotidiano* (Barcelona: Ediciones Península, 1991).
- Freire, João e Maria Alexandra Lousada, “O neomalthusianismo na propaganda libertária”, *Análise Social*, Vol. XVIII (72-73-74) (1982): 1367-1397.
- Holt, Hamilton, *The life stories of undistinguished Americans as told by themselves* (New York & London: Routledge, 2000).
- Martins, Conceição Andrade e Nuno Gonçalo Monteiro (orgs.) *A Agricultura: Dicionário das Ocupações*, coord. Nuno Luís Madureira, *História do Trabalho e das Ocupações*, vol. III (Oeiras: Celta Editora, 2002).
- Nazareth, José Manuel, “Análise regional do declínio da fecundidade da população portuguesa (1930-70)”, *Análise Social*, vol. XXIII (52) (1977): 901-986.
- Poirier, Jean, Simone Clapier-Valladon, Paul Raybaut, *Les récits de vie. Théorie et pratique* (Paris: Presses Universitaires de France, 1983).
- Thompson, Paul (1978), *The Voice of the Past. Oral History* (Oxford University Press, 1978).
- Tonkin, Elizabeth, *Narrating Our Past. The Social Construction of Oral History* (Cambridge University Press, 1995).

Publicações eletrónicas:

Almeida, Maria Antónia Pires de, 70 entradas, 17 das quais em coautoria com Conceição Andrade Martins, na obra Conceição Andrade Martins e Nuno Gonçalo Monteiro (orgs.), *A Agricultura: Dicionário das Ocupações*, coord. Nuno Luís Madureira, *História do Trabalho e das Ocupações*, vol. III (Oeiras: Celta Editora, 2002): <http://repositorio->

iul.iscte.pt/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Almeida%2C+Maria+Ant%C3%B3nia+Pires+de.